ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC EDUARDO PEREIRA DE REZENDE

A INFLUÊNCIA DE MAHAN NA ESTRATÉGIA NAVAL CONTEMPORÂNEA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Rio de Janeiro

2018

CC EDUARDO PEREIRA DE REZENDE

A INFLUÊNCIA DE MAHAN NA ESTRATÉGIA NAVAL CONTEMPORÂNEA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alceu Oliveira Castro Jungstedt.

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

Registro meus sinceros agradecimentos a meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Alceu Oliveira Castro Jungstedt, pela disponibilidade, orientação segura e correção minuciosa.

Agradeço a meus pais, Paulo Rubens e Maria Cristina, pela abnegação e dedicação irrestrita à minha formação.

A minha esposa Fabiana Rezende, agradeço pelo apoio incondicional, sobretudo nos momentos difíceis do Curso, e pela contribuição direta para a conclusão desta dissertação.

Finalmente, agradeço a Deus, que, pela intercessão de Nossa Senhora das Graças, me guia e ilumina em todos os momentos de minha vida.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar a aderência da estratégia naval contemporânea da República Popular da China aos princípios teóricos estabelecidos por Alfred Thayer Mahan. A relevância do tema reside na constatação da transição da estratégia naval chinesa como parte da crescente preocupação do Estado com a proteção de suas linhas de comunicação marítimas, que parece alinhada aos fundamentos teóricos propostos por Mahan no final do século XIX. A fim de executar essa análise, o trabalho emprega pesquisa bibliográfica e documental, adotando metodologia descritiva e analítica. O trabalho explica que, como parte do processo de globalização, a República Popular da China tem no comércio externo um dos fundamentos de sua economia. Ademais, o Estado apresenta grande dependência de recursos naturais e energéticos importados por via marítima. Nesse contexto, a proteção de suas linhas de comunicação marítimas passou a ser uma prioridade da estratégia naval chinesa, que se alterou de forma contundente nas últimas décadas, em direção aos chamados "mares distantes". Essa transição pode ser percebida pelos vultosos investimentos em novos meios navais e na busca por bases marítimas avançadas, que remetem aos conceitos estabelecidos por Mahan. Desse modo, o trabalho examina a teoria do Poder Marítimo de Mahan, apresentando os conceitos fundamentais de comando do mar e de bases marítimas avançadas, e cita os elementos do Poder Marítimo. Posteriormente, a pesquisa aborda a estratégia naval contemporânea da República Popular da China, com ênfase na questão da proteção das linhas de comunicação marítimas, detalhando as posturas de Defesa Costeira, Defesa em Mares Próximos e Proteção em Mares Distantes. Ademais, a pesquisa explica a estratégia do "Colar de Pérolas" e cita a construção de ilhas artificiais no Mar da China Meridional, como parte do pleito da República Popular da China sobre suas águas adjacentes, representado pela "Linha de Nove Traços". Por fim, o trabalho distingue a influência do pensamento "mahaniano" na estratégia naval chinesa sob os aspectos do comando do mar, das bases marítimas avançadas e dos elementos do Poder Marítimo e atesta a aderência da estratégia naval contemporânea da República Popular da China aos princípios teóricos estabelecidos por Alfred Thayer Mahan.

Palavras-chave: Mahan. República Popular da China. Estratégia naval. Poder Marítimo. Comando do mar. Bases marítimas avançadas. Defesa em Mares Próximos. Proteção em Mares Distantes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ELP –	Exército de Libertação Popular
EUA –	Estados Unidos da América
LCM –	Linhas de comunicação marítimas
ONU –	Organização das Nações Unidas
PCC –	Partido Comunista Chinês
RPC –	República Popular da China
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

Os notáveis avanços recentes da tecnologia da informação e da comunicação, bem como o desenvolvimento das técnicas gerenciais e, sobretudo, da logística possibilitaram uma crescente integração da economia mundial, contribuindo de maneira decisiva para o atual processo de globalização.

Na economia globalizada, as transações econômicas são realizadas em tempo real e escala global e os processos produtivos se tornam dispersos territorialmente, buscando tirar proveito das potencialidades das diferentes regiões do planeta. A logística figura como a espinha dorsal desse novo sistema de produção fragmentado, garantindo a rapidez, confiabilidade e redução de custos necessários ao processo.

Como resultado da crescente integração da economia mundial e dos processos de produção fragmentados, pode ser observado um aumento acentuado no volume de comércio internacional, primordialmente realizado por meio marítimo. Desse modo, à medida que cresce a interdependência dos atores internacionais no mundo globalizado, cresce também a relevância do transporte marítimo.

Ao mesmo tempo que garante recursos e gera riquezas, esse intenso fluxo de comércio exterior implica em certo grau de dependência das rotas marítimas. Desse modo, a premência pela proteção de suas linhas de comunicação passa a ocupar papel central na formulação das estratégias dos Estados costeiros.

Esse é o caso da República Popular da China (RPC), atualmente responsável pelo maior volume de exportação e o segundo maior volume de importação no mundo. A elevada participação do comércio externo na composição da economia e a grande dependência de recursos naturais e energéticos importados se traduzem em vulnerabilidades as quais a RPC

visa a mitigar com a adoção de uma estratégia marítima que garanta o fluxo de recursos proveniente de suas linhas de comunicação marítimas (LCM).

Nesse contexto, a RPC alterou de forma assertiva sua estratégia marítima, que deixou de ser limitada à Defesa Costeira e passou a adotar uma postura mais oceânica. O movimento da estratégia chinesa em direção aos chamados “mares distantes” pode ser percebido pelas capacidades de seus novos meios navais e na busca do Estado por bases de apoio para sua Marinha. Essa nova postura estratégica parece remeter aos conceitos estabelecidos no final do século XIX por Alfred Thayer Mahan (1840-1914).

Mahan foi um Almirante da Marinha dos Estados Unidos da América (EUA), considerado o mais influente pensador da estratégia marítima. A ele foi atribuído o pioneirismo na proposição de uma estratégia especificamente marítima, pensada desde os tempos de paz. Sua obra mais notável, *The influence of Sea Power upon history: 1660-1783* (1949), obteve reconhecimento quase imediato e logo recebeu traduções para diversos idiomas.

Ao associar o Poder Marítimo à prosperidade dos Estados e estabelecer os fundamentos teóricos de uma estratégia naval, Mahan obteve sucesso em inserir os assuntos marítimos na discussão das políticas dos Estado. Em que pese o fato de, com a evolução das tecnologias e da guerra no mar, alguns de seus conceitos serem considerados ultrapassados, muitos de seus fundamentos permanecem válidos e o legado de sua obra é perene.

Portanto, esta dissertação tem como propósito analisar a aderência da estratégia naval contemporânea da RPC aos princípios teóricos estabelecidos por Alfred Thayer Mahan. Para tal, empregamos pesquisa bibliográfica e documental, com uso de metodologia descritiva e analítica.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo esta Introdução. No segundo capítulo, examinaremos a teoria do Poder Marítimo de Mahan. Após uma breve

contextualização histórica de sua obra, discorreremos acerca de alguns aspectos de seu pensamento estratégico, sublinhando seu enfoque no comércio marítimo e expondo seus conceitos fundamentais de comando do mar e de bases marítimas avançadas. Citaremos, ainda, alguns dos chamados elementos do Poder Marítimo considerados de maior relevância para o presente trabalho.

No terceiro capítulo, abordaremos a estratégia naval contemporânea da RPC, inicialmente distinguindo alguns de seus desafios estratégicos mais prementes: a questão de Taiwan e a proteção de suas LCM. Posteriormente, discorreremos acerca da reformulação de sua estratégia naval, idealizada de modo a ampliar a defesa dos interesses do Estado em mares cada vez mais distantes de seu território. Apresentaremos, então, alguns aspectos da modernização da Marinha do Exército de Libertação Popular (ELP), ora em andamento, que visa a atender as novas e ampliadas demandas estratégicas.

No quarto capítulo, analisaremos a estratégia naval da RPC à luz dos conceitos de comando do mar e bases marítimas avançadas propostos por Mahan. Para isso, procuraremos distinguir a influência dos preceitos "mahanianos" nas estratégias chinesas de Defesa em Mares Próximos e Proteção em Mares Distantes, bem como nos recentes estabelecimentos de bases militares na África e no Mar da China Meridional. Por fim, examinaremos como alguns dos elementos do Poder Marítimo propostos por Mahan afetaram o desenvolvimento da estratégia naval da RPC.

Finalmente, no último capítulo, apresentaremos a conclusão da análise realizada sobre a aderência da estratégia naval contemporânea da RPC aos princípios teóricos estabelecidos por Alfred Thayer Mahan.

2 A TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE ALFRED THAYER MAHAN

Margaret Tuttle Sprout (1903-2004), co-autora de *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler* (1973), conferiu a Mahan o título de "Evangelista do Poder Marítimo". Ao constatarmos a devoção do Almirante estadunidense em pregar a primazia do mar no destino dos Estados, presente em toda a sua obra, concluímos que nenhuma definição poderia ter sido mais adequada (SPROUT, 1973).

Mahan influenciou direta e profundamente a teoria do Poder Marítimo e a estratégia naval. O impacto de suas ideias pôde ser sentido, em maior ou menor grau, em Estados como Japão, França, Rússia e, de modo destacado, na Alemanha do Imperador Guilherme II (1859-1941) e no Reino Unido. Em sua terra natal, contribuiu para acelerar o ritmo e mudar os rumos do desenvolvimento naval (SPROUT, 1973).

Alfred Thayer Mahan nasceu em West Point, nos EUA em 27 de setembro de 1840. Seu pai, Dennis Hart Mahan, lecionava engenharia militar na Academia Militar de West Point e não apoiou, a princípio, a opção do filho pela carreira naval, pois o considerava mais preparado para a vida civil. De qualquer modo, o jovem Alfred foi declarado aspirante em setembro de 1856 e, três anos mais tarde, formou-se em segundo lugar em uma turma de 20 aspirantes (ALMEIDA, 2015).

O reconhecimento mundial do Almirante Mahan não se deve, certamente, a suas realizações como Oficial da Marinha estadunidense, uma vez que sua carreira naval não foi particularmente brilhante. Não muito depois de formado em Annapolis, tomou parte da Guerra de Secessão (1861-1865), quando lutou ao lado da União a bordo da corveta *USS Pocahontas*. Já como Capitão de Corveta, foi designado para a fragata *USS Iroquois*, na Ásia. Esse período ganha relevância na trajetória do então Comandante Mahan pelo fato de marcar

o início de seus estudos de História, que viriam a servir de base para o desenvolvimento de seus trabalhos (ALMEIDA, 2015).

Anos mais tarde, em 1884, Mahan exercia o comando do *USS Wachusset*, em operações na costa pacífica da América do Sul, quando recebeu o convite do Comodoro Stephen Luce para lecionar História Naval e Estratégia no nascente *Naval War College*[1], em Newport (ALMEIDA, 2015)

Em sua preparação para o exercício da instrutoria, Mahan realizou extensas pesquisas na área de história naval, com ênfase nos séculos XVII e XVIII, estudando analogias entre a guerra terrestre e a guerra no mar. Com isso, ele buscava formular uma estratégia eminentemente naval, até então inexistente (ALMEIDA, 2015).

Nesse contexto, apresentaremos, a seguir, o momento histórico no qual Mahan desenvolveu seu pensamento. Posteriormente, elucidaremos os conceitos de comando do mar e de bases marítimas avançadas, considerados essenciais para a garantia do comércio marítimo. Por fim, analisaremos dois dos elementos do Poder Marítimo identificados por Mahan em sua teoria.

2.1 Contexto histórico da obra de Mahan

Mahan viveu em um período de profundas transformações tecnológicas decorrentes, principalmente, do advento da máquina a vapor. Não tardou para que se sucedessem inovações na construção dos navios e na tática naval. Surgiram, então, os navios de propulsão mista, com velas e rodas de pás movidas a vapor, que se mostravam pouco manobráveis e muito vulneráveis ao fogo inimigo. De fato, foi somente com o desenvolvimento de navios com hélices, anos mais tarde, que o vapor tornou-se adequado à propulsão naval, decretando o fim da era dos navios a vela (VIDIGAL, 2009).

---

[1] *Naval War College*, a Escola de Guerra Naval da Marinha dos EUA, fundada em outubro de 1884.

Entretanto, as inovações no âmbito da construção naval no final do século XIX não se limitaram à propulsão. Os armamentos navais sofreram rápida transformação, com a introdução de granadas explosivas e incendiárias, que expuseram a fragilidade dos cascos de madeira. A resposta aos novos armamentos veio na forma das couraças de metal e, em poucas décadas, os projetos dos navios de guerra haviam se alterado drasticamente. A propulsão a vapor, os cascos metálicos e as novas armas tornaram obsoletas as táticas de batalhas navais dos navios a vela, em voga por centenas de anos (VIDIGAL, 2009).

Mesmo ciente do impacto que a tecnologia teve nas marinhas, Mahan defendia com veemência a importância da História. Na introdução de seu livro *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*, lembrou que Napoleão recomendava a seus oficiais o estudo das campanhas militares de César, Aníbal e Alexandre, o Grande, muito anteriores à era da pólvora.

> Pela mesma razão o estudo da história do mar será considerado instrutivo, pela sua ilustração dos princípios gerais da guerra marítima, em que pesem as grandes mudanças que foram trazidas às armas navais pelos avanços científicos do último meio século, e pela introdução do vapor como força motriz (MAHAN, 1949, p. 2, tradução nossa)[2].

Na mesma obra, ao examinar a vitória do Almirante Nelson sobre a esquadra francesa na Batalha do Nilo (1798), Mahan reforçou o valor dos exemplos históricos: “o golpe foi desferido de acordo com o princípio de atacar as linhas de comunicação do inimigo […] o mesmo princípio é válido agora, e o seria igualmente nos dias da galera como nos do navio à vela ou à vapor” (MAHAN, 1949, p. 11, tradução nossa)[3].

Fica evidente a missão assumida por Mahan de não permitir que, em uma época de rápidas inovações técnicas, o valor da História Naval fosse negligenciado. Sua obra teve

---

[2] Original em inglês: *For the same reason the study of the sea history of the past will be found instructive, by its illustration of the general principles of maritime war, notwithstanding the great chances that have been brought about in naval weapons by the scientific advances of the past half century, and by the introduction of steam as the motive power* (MAHAN, 1949, p. 2).

[3] Original em inglês: *the blow was struck in accordance with the principle of striking at the enemy's line of communication* [...] *the same principle is valid now, and would be equally so in the days of the galley as of the sailing-ship or steamer* (MAHAN, 1949, p. 11).

como fundamento inequívoco o estudo histórico, com ênfase nos aspectos relacionados ao Poder Marítimo. Sua contribuição para a política, estratégia e tática navais encontra-se dispersa por seus escritos, impondo, portanto, meticulosa análise a fim de permitir distinguir seu verdadeiro legado.

2.2 Conceitos fundamentais e pensamento estratégico de Mahan

A análise da obra de Mahan nos permite constatar seu pioneirismo em desenvolver uma estratégia marítima, não limitada à guerra naval, mas pensada desde os tempos de paz. Sua influência é ainda mais evidente na disseminação do conceito de Poder Marítimo e sua influência na história, tema central de sua obra mais célebre.

A essência de *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783* está na importância capital atribuída pelo autor ao Poder Marítimo na formação do destino dos Estados. Em outras palavras, Mahan sustentava que o Poder Marítimo seria vital para sua prosperidade e segurança (SPROUT, 1973).

Embora o estudo do pensamento "mahaniano" remeta inexoravelmente a suas táticas de enfrentamento entre esquadras e conceitos de "navios capitais" e "batalhas decisivas", ele advogava também pela premência em proteger o tráfego marítimo, considerado por ele a razão de ser das marinhas de guerra (MAHAN, 1949).

A lógica do pensamento de Mahan era circular e se iniciava no comércio exterior, fundamento do vigor econômico do Estado. Como a maior parte do comércio exterior se daria por meio marítimo, bases ultramarinas seriam necessárias para prover apoio às LCM. A proteção dessas linhas de comunicação ficaria a cargo de uma força naval e, por fim, a prosperidade gerada pelo comércio marítimo permitiria custear a esquadra que o defende.

Desse modo, ele estabeleceu claramente os pilares do Poder Marítimo: produção; colônias e bases ultramarinas; e navios mercantes e de guerra (HOLMES; YOSHIHARA, 2005).

Apesar de recomendar veementemente o investimento em esquadras capazes de proteger esse tráfego marítimo essencial à prosperidade do Estado, Mahan reconhecia que "[…] como o comércio floresce com a paz e sofre com a guerra, logo a paz é o interesse superior [...]" (MAHAN, 1900, p. 42, tradução nossa)[4]. De fato, diferentemente do que poderia se supor, o aspecto comercial, e não o militar, é o mais relevante em sua teoria do Poder Marítimo. Desse modo, ele foi especialmente enfático ao sublinhar a centralidade da proteção do comércio nos interesses do Estado, "[…] a base e ponto de partida é a necessidade de assegurar o comércio […]. Esta é a ordem de importância relativa para a nação dos três elementos – comercial, político e militar" (MAHAN, 1903, p. 246, tradução nossa)[5].

A importância do Poder Naval residiria, especificamente, em garantir acesso confiável a seu comércio, que fluiria primordialmente por vias marítimas. Mahan sustentava que tal proteção dependia de uma rede de bases marítimas e do comando do mar, elementos que serão detalhados a seguir.

2.2.1 Bases marítimas avançadas

A proteção das LCM detém importância central na teoria marítima de Mahan, uma vez que servem de vias por onde flui o comércio, aspecto de maior relevância em seu entendimento. O autor definiu as comunicações como "[…] o elemento singular mais importante na estratégia, política ou militar" (MAHAN, 1900, p. 125, tradução nossa)[6].

---

[4] Original em inglês: […] *as commerce thrives by peace and suffers by war, it follows that peace is the superior interest* […] (MAHAN, 1900, p. 42).

[5] Original em inglês: […] *the starting point and foundation is the necessity to secure commerce* […]. *This order is that of actual importance to the nation of the three elements – commercial, political, military* (MAHAN, 1903, p. 246).

[6] Original em inglês: […] *the most important single element in strategy, political or military* (MAHAN, 1900, p. 125).

Como a maior parte do comércio se daria por via marítima, Mahan atribuía à capacidade de controlar as LCM a preeminência do Poder Marítimo. Esse poder "[…] para assegurar essas comunicações para si mesmo, e interrompê-las para um adversário, afeta a raiz do vigor de uma nação […]" (MAHAN, 1900, p. 126, tradução nossa)[7].

Nesse contexto, o historiador dedicou vasta pesquisa à indicação de posições avançadas, de valor estratégico, que serviriam de bases a partir das quais navios de guerra poderiam proteger ou interditar o tráfego marítimo (MAHAN, 1897).

Como parte crucial de sua estratégia marítima, os Estados deveriam, assim, trabalhar no campo diplomático a fim de assegurar o estabelecimento dessas bases no exterior, pois tais posições seriam muito mais difíceis de conquistar pela força. Essa característica de operar, também, em tempo de paz constitui a distinção essencial entre as estratégias marítima e terrestre (MAHAN, 1949).

Na época de Mahan, a importância dessas localidades era ainda mais clara, pois o advento da propulsão naval a vapor implicou na necessidade de abastecimentos constantes de carvão, o que iniciou uma ferrenha disputa entre os Estados por essas posições (HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

Para o Almirante estadunidense, as bases avançadas deveriam possuir "posição, força e recursos" para que fossem úteis em caso de conflito, citando especificamente as capacidades de abastecimento e reparos como requisitos dessas posições. Desse modo, quando comparou navios desprovidos de bases ultramarinas adequadas a pássaros terrestres, incapazes de voar para longe de suas praias, Mahan não poderia ser ter sido mais claro (SPROUT, 1973).

Desse modo, constatamos uma relação íntima entre o comércio marítimo, fundamento da teoria de Mahan, e a estratégia naval, que visa a assegurar sua continuidade.

[7] Original em inglês: […] *to insure these communications to one's self, and to interrupt them for an adversary, affects the very root of a nation's vigor* […] (MAHAN, 1900, p. 126).

Nesse sentido, a premência pela proteção do comércio imporia aos Estados a busca pelo estabelecimento de redes de bases de apoio posicionadas de modo a defender suas LCM ou interromper as comunicações marítimas inimigas. Essas bases avançadas deveriam ser obtidas, primordialmente, por meios diplomáticos, evidenciando a peculiaridade da estratégia marítima de operar também em tempo de paz.

2.2.2 Comando do mar

No contexto da importância crucial do comércio marítimo para a segurança e vitalidade do Estado, Mahan destacava que o papel das marinhas residiria no controle das linhas de comunicação. Assim, em adição ao posicionamento de bases marítimas avançadas, ele distinguia um segundo elemento essencial à proteção das LCM: o comando do mar (MAHAN, 1949).

O conceito de comando do mar foi por ele estabelecido como o "[…] esmagador controle do mar, fazendo como se este fosse seu próprio território […]" (MAHAN, 1911, p. 344, tradução nossa)[8], ou ainda "[…] o poder arrogante no mar que afasta dele a bandeira inimiga ou a permite apenas como uma fugitiva; e que, controlando o mar, fecha as estradas pelas quais o comércio flui de e para as praias inimigas" (MAHAN, 1949, p. 138, tradução nossa)[9].

As vantagens provenientes do controle do mar aumentariam conforme as linhas de comunicação se tornassem mais longas. Assim, Mahan alertava que a dependência do comércio marítimo sem o adequado controle do mar representaria uma vulnerabilidade para o Estado (SPROUT, 1973).

---

[8] Original em inglês: […] *overwhelming control of the sea, making it as it were its own territory* […] (MAHAN, 1911, p. 344).

[9] Original em inglês: […] *it is the possession of that overbearing power on the sea which drives the enemy's flag from it, or allows it to appear only as a fugitive; and which, by controlling the great common, closes the highways by which commerce moves to and from the enemy's shores* (MAHAN, 1949, p. 138).

Nesse cenário, podemos observar a relevância do aspecto militar da teoria do Poder Marítimo, pois apenas uma força naval poderosa seria capaz de obter o comando do mar nas áreas de interesse do Estado e, com isso, garantir a proteção de suas LCM e a salvaguarda de seus interesses marítimos. Nesse ponto, Mahan não se privou de sugerir a composição da esquadra, que deveria ser "[…] grande o suficiente para se fazer ao mar e combater, com razoáveis chances de sucesso, a maior parcela da força inimiga trazida contra ela […]" (MAHAN, 1897, p. 198, tradução nossa)[10].

Dessa forma, notamos que, no âmbito estritamente militar, a ênfase da teoria "mahaniana" residia na composição de esquadras poderosas, capazes de se contrapor a possíveis ameaças e de obter o comando do mar, a partir do qual poderiam proteger as LCM próprias e interromper as do inimigo. De igual modo, podemos observar aqui a formulação da estratégia naval com o objetivo de garantir as comunicações marítimas.

Assim, tanto a disposição de bases marítimas avançadas quanto a obtenção do comando do mar constituiriam-se expressões da estratégia naval orientadas no sentido de assegurar o fluxo de comércio marítimo, aspecto vital à sobrevivência do Estado.

2.3 Elementos do Poder Marítimo

Depois de estabelecer o Poder Marítimo como fundamento para a prosperidade e segurança dos Estados, Mahan distinguiu seis "elementos do Poder Marítimo", que seriam características que considerava essenciais para seu desenvolvimento: posição geográfica, configuração física, extensão do território, população, caráter nacional e caráter do governo. A seguir, dois desses aspectos, considerados mais relevantes para o desenvolvimento do presente trabalho, serão pormenorizados.

---

[10] Original em inglês: […] *great enough to take the sea, and to fight, with reasonable chances of success, the largest force likely to be brought against it* […] (MAHAN, 1897, p. 198).

2.3.1 Posição Geográfica

Ao discorrer sobre o primeiro elemento do Poder Marítimo, a posição geográfica, Mahan exaltava particularmente as condições favoráveis do Reino Unido "[…] se uma nação é situada de modo que não seja forçada a defender-se por terra nem induzida a procurar estender seu território por terra, ela tem […] uma vantagem se comparada a um povo que tenha fronteiras continentais" (MAHAN, 1949, p. 29, tradução nossa)[11].

As Ilhas Britânicas teriam uma posição privilegiada em relação ao continente europeu, permitindo a concentração da esquadra na adoção de uma postura defensiva e, ao mesmo tempo, de bloqueio dos portos continentais. Por fim, o Reino Unido gozaria, ainda, da capacidade de interferir nas comunicações marítimas do Mar do Norte e do Mediterrâneo, haja vista a posse da base de Gibraltar (SPROUT, 1973).

Por outro lado, a situação da França seria menos favorável. Enquanto seus litorais no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo confeririam certo grau de flexibilidade, também imporiam a divisão da esquadra, contrariando o princípio de concentração de forças. A esquadra francesa do Mediterrâneo ainda sofreria o inconveniente de ter que passar por Gibraltar para se juntar à frota do Atlântico (SPROUT, 1973).

Desse modo, notamos que Mahan valeu-se de exemplos históricos para enfatizar a influência dos aspectos geográficos na formação do Poder Marítimo, atestando que alguns Estados possuem vantagens, enquanto outros necessitam contornar dificuldades impostas pela geografia na condução de sua estratégia marítima.

---

[11] Original em inglês: […] *if a nation be so situated that it is neither forced to defend itself by land nor induced to seek extension of its territory by way of the land, it has* […] *an advantage as compared with a people one of whose boundaries is continental* (MAHAN, 1949, p. 29).

2.3.2 Caráter do governo

A capacidade de intervenção estatal na composição do Poder Marítimo é inegável. Primeiramente, o Estado possui as ferramentas de regulação da economia, capazes de incentivar ou inibir o comércio marítimo, ponto de partida da teoria "mahaniana". Em um patamar ainda mais elevado, o Estado detém o controle dos aspectos militares, promulgando sua política de defesa e sua estratégia naval, que resultarão na composição de sua marinha de guerra e na disposição das bases de apoio ultramarinas.

Como consequência, o caráter do governo possui importância vital na construção de um Poder Marítimo. Nesse sentido, Mahan sublinhava a necessidade de políticas governamentais de longo prazo voltadas à fomentação de uma mentalidade marítima. Entretanto, essa demanda por continuidade surgiria como um fator complicador às políticas marítimas, que, segundo ele, seriam mais facilmente implementadas por governos "despóticos" (SPROUT, 1973).

Assim, ficam evidentes as consequências decorrentes do caráter do governo como elemento do Poder Marítimo, conforme estabelecido por Mahan. Isso porque, em maior ou menor grau, a atuação do Estado se estenderia sobre seus três pilares: produção, bases de apoio e navios.

Em vista do exposto, podemos entender que, em meio a um contexto de rápidas transformações decorrentes do advento da propulsão a vapor, o Almirante Mahan empregou com sucesso o método histórico para defender o protagonismo do Poder Marítimo para a segurança e prosperidade dos Estados.

Nesse sentido, notamos que o Poder Marítimo, segundo Mahan, seria fundamentado no comércio exterior, de onde resultaria a necessidade crucial de proteger as LCM. A proteção do comércio marítimo se daria por meio da obtenção do comando do mar e

do estabelecimento de bases de apoio ultramarinas estrategicamente posicionadas ao longo das LCM.

Por fim, examinamos os elementos do Poder Marítimo, que seriam características essenciais para seu desenvolvimento. Dentre os seis elementos distinguidos por Mahan, destacamos a posição geográfica e o caráter do governo, apontando a contribuição de cada um para a composição do Poder Marítimo de um Estado.

Após analisarmos os principais conceitos estabelecidos pelo Almirante Mahan no final do século XIX, podemos perceber sua validade nos dias de hoje, com o notável incremento do comércio marítimo mundial e a interdependência econômica derivada do processo de globalização. Este processo vem acompanhado por uma crescente preocupação dos Estados com a garantia de seus fluxos comerciais, dada a sua elevada dependência de recursos do exterior, situação em que se enquadra atualmente a RPC.

Desse modo, estudaremos no próximo capítulo a estratégia naval da RPC, apresentando sua evolução nas últimas décadas com vistas à garantia da proteção de seu comércio marítimo, bem como sua consequente mudança de postura em direção aos chamados “mares distantes”.

3 A ESTRATÉGIA NAVAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Embora berço de uma civilização milenar, a atual forma de organização do Estado chinês é relativamente recente. Após a longa Guerra Civil[12] (1927-1937; 1946-1949) entre forças nacionalistas e comunistas, o líder comunista Mao Tsé-Tung (1893-1976) proclamou a RPC em 1949 (BLAINEY, 2010).

Em que pese o alinhamento inicial decorrente do viés ideológico entre a recém proclamada RPC e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a relação entre os Estados comunistas fronteiriços degradou-se rapidamente, a ponto de, em meados da década de 1960, Pequim identificar a ex-URSS como a maior ameaça a sua segurança (LORD, 2009).

Como consequência da relação pouco amistosa com Moscou, a RPC adotou durante a maior parte da Guerra Fria (1947-1991)[13] uma estratégia militar eminentemente terrestre. Cabe ressaltar que a falta da familiaridade da elite governante do Partido Comunista Chinês (PCC) com a guerra naval acabou por contribuir para a pouca ênfase dos assuntos marítimos na formulação da estratégia militar chinesa no período (LORD, 2009).

Todavia, o declínio da ex-URSS e a harmonização de questões fronteiriças pendentes possibilitaram à RPC uma profunda revisão de seu entorno estratégico. Ainda em meados da década de 1980, a liderança do PCC já havia concluído que as ameaças mais prováveis à segurança do Estado seriam provenientes do mar (LORD, 2009).

Nesse contexto, discorreremos, no presente capítulo, acerca de alguns dos desafios estratégicos mais relevantes para a RPC na atualidade: a questão de Taiwan e a proteção das LCM. Na sequência, apresentaremos, de modo sintético, a evolução da estratégia naval

---

[12] A Guerra Civil Chinesa opôs nacionalistas, liderados por Chiang Kai-shek (1887-1975), e comunistas, liderados por Mao Tsé-Tung. Após a vitória comunista, Chiang Kai-shek estabeleceu a República da China na Ilha Formosa, também conhecida como Ilha de Taiwan (BLAINEY, 2010).

[13] Adota-se para este estudo a dissolução da ex-URSS como marco para o fim da Guerra Fria.

contemporânea da RPC, com ênfase na contribuição do Almirante Liu Huaqing. Finalmente, exporemos a composição de meios da Marinha do ELP, com o intuito de verificar suas capacidades e inferir sua aplicação no contexto de seus preceitos estratégicos.

3.1 A questão de Taiwan

A RPC possui em sua posição geográfica um paradoxo no que se refere à estratégia naval: sua faixa costeira, embora extensa, não dá acesso direto ao oceano, mas antes a mares confinados por duas Cadeias de Ilhas (FIG. 1). A Primeira Cadeia de Ilhas se entende desde os arquipélagos japoneses, passando pela Coreia do Sul, Taiwan, arquipélago das Filipinas, Ilha do Bornéu até a Península da Malásia. Mais afastada do litoral, a Segunda Cadeia de Ilhas se inicia também no Japão, derivando para o sul, em direção às Ilhas Ogasawara e Ilhas Marianas, incluindo Guam, até Palau. As Cadeias de Ilhas representam um sério desafio estratégico à RPC, pois abrigam forças militares estadunidenses (XU, 2006).
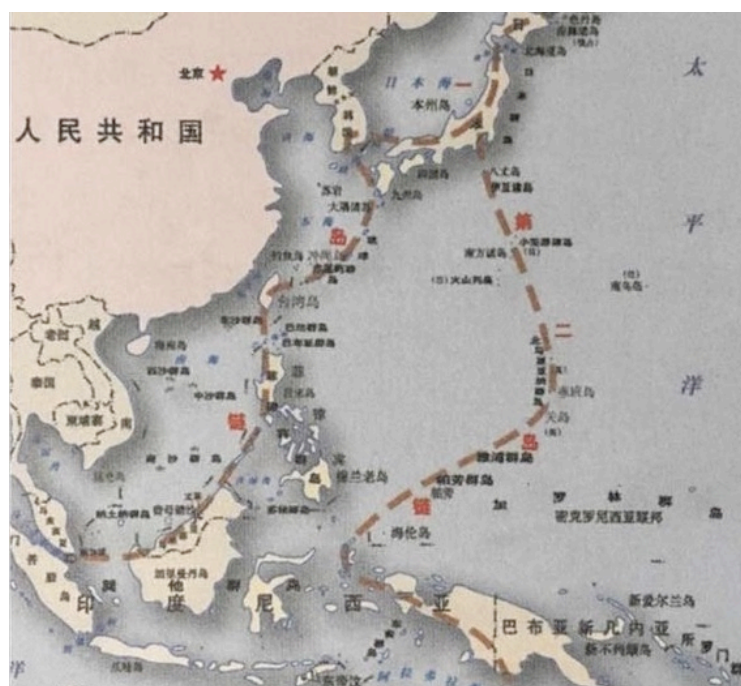
FIGURA 1 - Mapa ilustrativo das Cadeias de Ilhas.
Fonte: CAVAS, 2016. Disponível em: <https://www.defensenews.com/global/asia-pacific/2016/02/01/powers-jockey-for-pacific-island-chain-influence/>. Acesso em 25 jun. 2018.

Ponto nevrálgico da Primeira Cadeia de Ilhas, Taiwan se sobressai como uma questão premente no entorno estratégico da RPC. Apesar da vitória na Guerra Civil, o fracasso de Mao Tsé-Tung em subjugar Taiwan e completar a unificação da China se traduz, nos dias de hoje, em sérias implicações à estratégia militar da RPC; porque, caso Pequim considere agir unilateralmente no sentido de efetivar a política de "uma só China[14]" com a anexação da ilha, deve ponderar a probabilidade de uma reação militar dos EUA com vistas a defender Taiwan (LORD, 2009).

Nesse sentido, a questão de Taiwan representa uma ambivalência. Isso porque, sob eventual controle de Pequim, a ilha serviria como base avançada para o Poder Naval chinês, estenderia seu perímetro de defesa, abriria uma passagem pela Primeira Cadeia de Ilhas e, além de tudo, permitiria interferir nas LCM dos demais Estados da região, notadamente do Japão (HOLMES; YOSHIHARA, 2005).

Por outro lado, a manutenção do atual *status quo* representa motivo de alarme do ponto de vista estratégico para Pequim, uma vez que Taiwan defronta o território chinês e possui grande potencial como base de operações, especialmente para ataques aéreos. Não por acaso, a ilha foi chamada pelo General MacArthur[15] de "navio aeródromo inafundável", tamanho seu valor estratégico no Teatro do Pacífico da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (HOLMES; YOSHIHARA, 2005).

De qualquer maneira, a publicação do primeiro livro branco de defesa da RPC, *China's National Defense*, em 1998, estabeleceu de maneira contundente a postura de Pequim em relação à ilha. Depois de declarar que "Taiwan é uma parte inseparável do território chinês", o documento esclarece que

---

[14] A política de "uma só China", defendida por Pequim, não reconhece Taiwan como um Estado, mas como uma província rebelde a ser eventualmente reunificada à China continental.

[15] Douglas MacArthur (1880-1964), General do Exército dos EUA, comandante do *United States Army Forces in the Far East* (USAFFE) durante a Segunda Guerra Mundial, com atuação destacada no Teatro do Pacífico.

> O governo chinês busca alcançar a reunificação do país por meios pacíficos, mas não se comprometerá a não recorrer à força. Todo Estado soberano tem o direito de usar todos os meios julgados necessários, incluindo meios militares, para salvaguardar sua própria soberania e integridade territorial (CHINA, 1998, p. 6, tradução nossa)[16].

Desse modo, destacamos que a questão de Taiwan permanece presente como um incômodo entrave estratégico à liderança do PCC. A efetivação da política de "uma só China" com a reunificação da "província rebelde" era um objetivo de Mao Tsé-Tung e remonta, portanto, à própria formação da RPC. Entretanto, em que pese a posse de capacidade para tal, o emprego da força contra a ilha poderia resultar em um conflito com o envolvimento de outros atores, notadamente os EUA.

3.2 Proteção das linhas de comunicação marítimas

A RPC é uma potência em rápida ascensão. Após décadas de forte crescimento, ocupa hoje a segunda posição entre as maiores economia do mundo e detém um poderoso setor industrial, que hospeda instalações de inúmeras empresas multinacionais (INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2017) .

Nesse contexto, a logística figura como elemento crucial na dinâmica dos processos produtivos fragmentados, o que se traduz, para a RPC, em acentuado crescimento do comércio externo. Assim, seus volumes de importação e exportação registraram em 2016 resultados da ordem de 1,5 e 2,0 trilhões de dólares americanos, respectivamente, o que representa o maior volume de exportações e o segundo maior volume de importações do mundo (UNITED NATIONS INTERNATIONAL TRADE STATISTICS DATABASE, 2018).

---

[16] Original em inglês: *The Chinese government seeks to achieve the reunification of the country by peaceful means, but will not commit itself not to resort to force. Every sovereign state has the right to use all means it thinks necessary, including military means, to safeguard its own sovereignty and territorial integrity* (CHINA, 1998, p. 6).

Esse intenso volume de transações com o exterior, um dos fundamentos da economia chinesa, se dá, essencialmente, por transporte marítimo. Por conseguinte, a RPC passou a registrar vultosa atividade em seus portos e estaleiros, e se consolidou entre os líderes no ramo da construção naval, rivalizando com a Coreia do Sul e o Japão. No que tange à atividade portuária, passou a deter sete entre os dez portos de maior movimento de contêineres no mundo (LLOYD'S LIST, 2018).

Uma consequência inevitável de uma expansão econômica de tal magnitude é um aumento proporcional na demanda energética. Apesar de possuir reservas de petróleo apreciáveis, a necessidade crescente por recursos energéticos excede, em muito, a capacidade de produção doméstica. Com isso, as importações registraram um crescimento anual à taxa de 9,3% na última década, o que a coloca como uma das maiores importadoras mundiais (BRITISH PETROLEUM, 2017).

Além da relevância para o crescimento e a segurança do Estado, o comércio externo e a questão energética compartilham uma segunda característica: a dependência das LCM. A dinâmica da economia chinesa e seus notáveis volumes de exportações e importações estão intimamente associados a seu tráfego marítimo, daí a proeminência de seus portos e estaleiros no cenário global. De maneira similar, as vultosas demandas energéticas são supridas por via marítima, a partir de regiões cada vez mais afastadas do território chinês, como o Golfo Pérsico e o "Chifre da África"[17] (HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

Assim, percebemos que o comércio e a demanda energética figuram como fatores estratégicos para a RPC. Enquanto o comércio externo se estabelece como um dos fundamentos de sua economia, contribuindo de maneira significativa para sua pujança, a dependência de recursos energéticos do exterior e a premência pela continuidade de seu fornecimento são percebidas por Pequim como vulnerabilidades e remetem à segurança

---

[17] O "Chifre da África" é uma península no extremo leste do continente africano, onde se situam os Estados da Somália, Djibouti, Eritreia e Etiópia.

energética do Estado. Como ambos os aspectos dependem inexoravelmente do transporte marítimo, entendemos a importância crucial das comunicações marítimas e os motivos que impelem Pequim a inserir a proteção das LCM como um elemento prioritário na formulação de sua estratégia naval.

3.3 A evolução da estratégia naval da República Popular da China

O Almirante chinês Liu Huaqing (1916-2011) é considerado o pai da Marinha chinesa moderna. Embora mais reconhecido por sua contribuição à Marinha do ELP, grande parte de sua experiência militar se deu na força terrestre; porque, antes mesmo da proclamação da RPC, Liu tomou parte na Guerra Civil e na Segunda Guerra Mundial como membro das forças comunistas. Em 1952, ele foi designado para a Marinha do ELP e, dois anos mais tarde, foi enviado à ex-URSS, onde passou quatro anos estudando na Academia Naval Voroshilov, hoje denominada Academia Naval N.G. Kuznetsov (HARTNETT, 2014).

A partir do estabelecimento da RPC, a estratégia naval adotada resumia-se à Defesa Costeira, refletindo o pensamento dominante na elite do PCC de que a atribuição primária da Marinha do ELP seria a de apoiar as forças terrestres. Em outras palavras, a estratégia naval se subordinava à estratégia terrestre e era limitada à defesa da costa (HARTNETT, 2014).

Em consonância com o histórico revolucionário e o viés terrestre então vigente, a estratégia de Defesa Costeira era fundamentada em três tipos de operações. Primeiramente, previa operações de desgaste, ou “guerrilha marítima”, empregando meios de pequeno porte para desgastar a força naval oponente. Em segundo lugar, contemplava a guerra contra as comunicações, ou seja, o ataque às LCM inimigas, limitado às proximidades do território

chinês. Por fim, abrangia operações navais costeiras de pequena envergadura, sob a proteção de aviação e artilharia de terra (HARTNETT, 2014).

No período de 1982 a 1987, o Almirante Liu comandou a Marinha do ELP, conduzindo uma profunda mudança na estratégia naval chinesa, ao introduzir uma progressiva ampliação de seu escopo, com a adoção da estratégia de Defesa em Mares Próximos[18] em substituição da Defesa Costeira então vigente (HARTNETT, 2014).

A estratégia de Defesa em Mares Próximos vislumbrada por Liu era então dividida em três fases, de acordo com o preenchimento de requisitos operacionais a serem alcançados. Em uma primeira fase, a Marinha do ELP deveria estar capacitada a exercer o controle do mar em suas águas adjacentes, a saber: Mar Amarelo, Mar da China Oriental e Mar da China Meridional. Em outras palavras, a primeira fase de sua estratégia delimitava uma área de controle na Primeira Cadeia de Ilhas. Em uma segunda fase, Liu imaginou estender essa área de controle para a Segunda Cadeia de Ilhas. A fase final se daria quando a Marinha do ELP obtivesse as capacidades para tornar-se uma marinha verdadeiramente global (COLE, 2010).

Em 1985, o Almirante Liu apresentou formalmente sua concepção, enfatizando a necessidade de agregar objetivos marítimos à estratégia do Estado. Nesse sentido, além da salvaguarda da soberania, ele incluía a proteção dos direitos marítimos, em especial o acesso aos recursos naturais no Mar Amarelo, Mar da China Oriental e Mar da China Meridional. A premência em atingir esses objetivos fundamentou seus argumentos junto à liderança do PCC em favor do desenvolvimento de uma Marinha com doutrina e capacidades adequadas às especificidades do entorno estratégico chinês (HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

O livro branco de defesa *China's National Defense in 2008* dedicou uma de suas seções a descrever sucintamente o histórico da Marinha do ELP, registrando a evolução de sua estratégia naval iniciada pelo Almirante Liu:

---

[18] Original em inglês: *Offshore Defense*, tradução nossa.

> Dos anos 1950 ao final dos anos 1970, a tarefa principal da Marinha era conduzir operações defensivas costeiras. Desde os anos 1980, a Marinha completou uma transição estratégica para operações defensivas em mares próximos. Desde o início do novo século, […] a Marinha tem buscado aprimorar suas capacidades de operações integradas em mares próximos, […] e gradualmente desenvolver suas capacidades de conduzir cooperação em águas distantes […] (CHINA, 2009, p. 28, tradução nossa)[19].

Em sua edição mais recente, publicada em 2015, o *China's Military Strategy* já apresentou uma transição em direção às águas oceânicas, indicando a adoção de uma nova fase da evolução da estratégia naval da RPC:

> Em consonância com os requisitos estratégicos da Defesa em Mares Próximos e Proteção em Mares Distantes, a Marinha do ELP irá gradualmente alterar seu foco de "Defesa em Mares Próximos" para a combinação da "Defesa em Mares Próximos" com "Proteção em Mares Distantes" […] (CHINA, 2015, p. 11, tradução nossa)[20].

Em vista do exposto, podemos constatar a importância da figura do Almirante Liu Huaqing na transformação da estratégia naval da RPC. Ele percebeu a relevância do ambiente marítimo para o Estado, como fonte de recursos e riquezas e, também, como cenário de possíveis ameaças e conflitos. Assim, sua estratégia naval previa uma ampliação progressiva das áreas marítimas que a Marinha do ELP deveria ser capaz de controlar, culminando no objetivo final de se tornar uma marinha oceânica e global.

Podemos notar, ainda, a importância da adoção do pensamento estratégico do Almirante Liu pela cúpula do PCC, que possibilitou o início de um processo consistente de obtenção das capacidades adequadas às demandas estratégicas por ele estabelecidas. Como resultado, percebemos uma profunda reformulação do papel da Marinha do ELP, outrora limitado à Defesa Costeira, com a adoção de uma estratégia naval mais abrangente e integrada aos objetivos do Estado.

---

[19] Original em inglês: *From the 1950s to the end of the 1970s the main task of the Navy was to conduct inshore defensive operations. Since the1980s, the Navy has realized a strategic transformation to offshore defensive operations. Since the beginning of the new century,* […] *the Navy has been striving to improve in an all-round way its capabilities of integrated offshore operations,* […] *and to gradually develop its capabilities of conducting cooperation in distant waters* […] (CHINA, 2009, p. 28).

[20] Original em inglês: *In line with the strategic requirement of offshore waters defense and open seas protection, the PLA Navy (PLAN) will gradually shift its focus from "offshore waters defense" to the combination of "offshore waters defense" with "open seas protection"*[…] (CHINA, 2015, p. 11).

3.4 A Marinha do Exército de Libertação Popular

A Marinha do ELP é estruturada em três esquadras – Beihai, Donghai e Nanhai – e seus meios estão organizados em cinco forças, a saber: força de submarinos, força de superfície, força aeronaval, fuzileiros navais e força de defesa costeira. Incomum na maior parte das marinhas do redor do mundo, a força de defesa costeira concentra regimentos de artilharia e de mísseis baseados em terra, atendendo às capacidades de defesa antiaérea e antinavios (CHINA, 2009).

Como parte da mudança estratégica idealizada pelo Almirante Liu Huaqing, a RPC tem envidado esforços no sentido de modernizar e ampliar as capacidades de sua Marinha desde o final dos anos 1990. Essa modernização não é limitada a uma classe de meios, mas, ao contrário, consiste de diversos programas de aquisição de uma vasta gama de plataformas e armas, desde mísseis balísticos e de cruzeiro a aeronaves, submarinos e navios de superfície, incluindo navios aeródromos (O'ROURKE, 2018).

A seguir, ilustraremos a fase mais recente do processo de aquisição de meios da Marinha do ELP, apontando o incremento de capacidades obtido na última década. Para tal, apresentaremos dados divulgados pelo Departamento de Defesa dos EUA e algumas de suas análises, que vêm a evidenciar a preocupação da potência dominante com o rápido desenvolvimento da força naval da RPC.

Em seguida, abordaremos um segundo aspecto do processo de ampliação da Marinha chinesa, que consiste no estabelecimento de bases ultramarinas estrategicamente posicionadas. Essas bases de apoio visam a permitir à Marinha chinesa operar de forma avançada, ampliando a permanência de seus meios em áreas de interesse.

3.4.1 A modernização da Marinha do ELP

Segundo O'Rourke (2018), desde o início do século XXI, a Marinha do ELP tem incorporado um grande número de novas plataformas, visando a preencher lacunas em suas capacidades. Assim, nos últimos dez anos, a ausência de corvetas foi suprida com o comissionamento de 37 unidades; o número de submarinos nucleares lançadores de mísseis estratégicos saltou de um para quatro; por fim, o primeiro navio aeródromo entrou em operação, enquanto dois outros encontram-se em construção. O ritmo com o qual esses novos meios são adquiridos é, também, notável: em 2016, a Marinha incorporou 18 novos meios, entre contratorpedeiros, fragatas e corvetas.

A força de submarinos obteve alta prioridade no contexto da modernização da Marinha do ELP. Nos últimos onze anos, foram incorporados 14 submarinos convencionais classe "Yuan", dotados de mísseis de cruzeiro antinavios. No mesmo período, foram agregados oito submarinos nucleares, sendo quatro de ataque da classe "Shang" e quatro lançadores de mísseis balísticos da classe "Jin", que conferem à RPC capacidade de dissuasão nuclear baseada no mar (EUA, 2017).

O primeiro navio aeródromo da Marinha do ELP, "Liaoning" tem origem soviética e entrou em operação em 2012. O navio não dispõe de sistema de lançamento por catapulta, sendo dotado de convés do tipo *ski jump*, o que limita a carga de decolagem de suas aeronaves embarcadas. Uma segunda unidade, "Tipo 001A", de construção própria, foi lançado ao mar em meados de 2017, enquanto um novo projeto, "Tipo 002", encontra-se em produção desde 2015 (O'ROURKE, 2018).

O comissionamento, na última década, de modernos meios de superfície, entre os quais oito contratorpedeiros das classes "Luyang II" e "Luyang III" e 23 fragatas da classe "Jiangkai II", traduz a nova postura estratégica chinesa de operações em "mares distantes".

Essas novas unidades compõem uma força naval com destacada capacidade de conduzir ações de superfície, equipadas com mísseis de cruzeiro de longo alcance e sistemas de mira além do horizonte. Ademais, a nova geração de navios de superfície é dotada de mísseis de defesa antiaérea de área de médio a longo alcance e de avançados sistemas de detecção e direção de tiro, o que representa um notável incremento da capacidade antiaérea da Marinha chinesa, outrora considerado deficiente (EUA, 2015).

Segundo a avaliação do Departamento de Defesa dos EUA, "[…] as mais recentes plataformas navais da Marinha do ELP permitem operações de combate além do alcance das defesas baseadas em terra […]" (EUA, 2017, p. 52, tradução nossa)[21]. Sobre a inserção dessas aquisições no contexto da estratégia naval chinesa, a análise desse Departamento é de que a modernização "[…] se alinha à transição de "Defesa em Mares Próximos" para a estratégia híbrida "Defesa em Mares Próximos" e "Proteção em Mares Distantes" ora em andamento, com a Marinha do ELP conduzindo tarefas operacionais fora da chamada "Primeira Cadeia de Ilhas" […]" (EUA, 2017, p. 24, tradução nossa)[22].

Dessa forma, podemos perceber a amplitude do investimento do Estado chinês em busca dos objetivos de sua estratégia marítima. A modernização de sua Marinha se apresenta como um primeiro aspecto desse esforço, que se constitui com o maciço processo de aquisição de modernos meios navais a fim de atender as demandas estabelecidas pela estratégia. Nesse sentido, a defesa aérea provida pelos navios aeródromos, bem como o incremento da eficácia da defesa antiaérea dos novos meios de superfície passam a conferir à Marinha do ELP a capacidade de operar em águas distantes, fora da proteção da aviação baseada em terra.

---

[21] Original em inglês: *The PLAN's latest naval platforms enable combat operations beyond the reaches of China's land-based defenses* (EUA, 2017, p. 52).

[22] Original em inglês: […] *aligns with China's ongoing shift from "near sea" defense to a hybrid strategy of "near sea" defense and "far seas" protection, with the PLAN conducting operational tasks outside the so-called "first island chain"* […] (EUA, 2017, p. 24).

3.4.2 Bases marítimas avançadas

A dinâmica da economia chinesa e sua demanda energética impelem a Marinha do ELP a operar em águas mais distantes, a fim de proteger os interesses do Estado, notadamente suas LCM. Nesse contexto, analisaremos a seguir o segundo aspecto do processo de ampliação da Marinha do ELP, que consiste na consolidação de bases marítimas avançadas.

Em meados de 2017, a RPC estabeleceu sua primeira base militar no exterior, no Djibouti. Localizada no "Chifre da África", a base se presta a prover apoio logístico aos meios da Marinha do ELP, ampliando sua capacidade de operação em águas distantes do território chinês. Essa localização confere aos navios de guerra chineses melhor capacidade de exercer a proteção das LCM responsáveis pelo fluxo de recursos essenciais, que têm origem na África e no Oriente Médio (EUA, 2017).

De acordo com o Departamento de Defesa dos EUA (2017), a base ultramarina do Djibouti poderia ser a primeira de uma série de pontos avançados a serem estabelecidos pela RPC em apoio a operação de seus meios navais nos chamados "mares distantes", principalmente no Oceano Índico. Nesse processo, levando-se em consideração o histórico das relações diplomáticas de Pequim, o Paquistão surge como provável candidato a abrigar futuras instalações militares da RPC.

Se a consolidação de uma rede de bases avançadas no Oceano Índico ainda não passa de uma possibilidade, a estratégia marítima da RPC em relação a seus "mares próximos", por outro lado, tem sido muito mais assertiva. Nesse contexto, Pequim oficializou em documento à Organização das Nações Unidas (ONU) sua posição quanto ao Mar da China Meridional, ilustrada pela "Linha de Nove Traços" (FIG. 2). Essa linha delimita a área marítima sobre a qual a RPC reclama direitos de jurisdição, abrangendo as Ilhas Paracel e Spratly, que são pleiteadas por outros Estados, como Vietnã, Malásia e Filipinas (ONU, 2009).

FIGURA 2 - Mapa ilustrativo da "Linha de Nove Traços".
Fonte: UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARY.
Disponível em: <https://legacy.lib.utexas.edu/maps/asia.html>. Acesso em 07 ago. 2018.

Nos últimos anos, o pleito chinês sobre a área marítima delimitada pela "Linha de Nove Traços" tem sido particularmente notável nas Ilhas Spratly. A reivindicação de soberania sobre o arquipélago tem se manifestado na forma de vultosas obras de dragagem, aterramento e construção de infraestrutura que transformaram, até o momento, sete recifes em ilhas artificiais. Essas ilhas possuem propósito claramente militar, sendo dotadas de hangares, pistas de pouso, radares, instalações para atracação e apoio para navios de guerra, entre outras estruturas, constituindo-se, portanto, formidáveis bases marítimas avançadas (PANDA, 2018).

Assim, percebemos que o segundo aspecto do processo de ampliação da Marinha do ELP reside no estabelecimento de bases ultramarinas. Nesse sentido, o posicionamento de um ponto de apoio avançado para as forças navais no "Chifre da África", região crítica para os interesses comerciais e energéticos da RPC, se coaduna com os propósitos estratégicos de proteger suas LCM, notadamente aquelas provenientes do Golfo Pérsico, e assegurar sua segurança energética.

Nos “mares próximos”, podemos constatar a ação assertiva de Pequim no sentido de assegurar bases marítimas avançadas no Mar da China Meridional. O valor estratégico dessas posições reside em sua proximidade do maior ponto focal das LCM chinesas: o Estreito de Málaca[23]. Logo, a posse de bases avançadas no Mar da China Meridional se insere, igualmente, no contexto de proteção das LCM, conferindo à Marinha do ELP maior capacidade de salvaguardar os interesses do Estado em uma região considerada crítica.

Em síntese, podemos perceber que os desafios estratégicos representados pela questão de Taiwan e pela crescente dependência chinesa de suas LCM voltaram as atenções do Estado para o mar, que passou a ser percebido como elemento crucial de seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, palco de possíveis conflitos.

Como resultado, podemos entender a necessidade da ampla reformulação da estratégia naval da RPC idealizada pelo Almirante Liu Huaqing, com a gradual transição estratégica de Defesa Costeira para Defesa em Mares Próximos e, mais recentemente, a combinação desta com o conceito de Proteção em Mares Distantes[24].

Finalmente, constatamos como as demandas estratégicas por operações progressivamente afastadas do território chinês vem sendo atendidas com o estabelecimento de bases de apoio no exterior e com a rápida constituição de uma força naval moderna e dotada de capacidades de defesa aérea e antiaérea, imprescindíveis às operações fora da proteção da aviação baseada em terra.

À vista disso, analisaremos, no próximo capítulo, alguns aspectos da estratégia naval da RPC à luz dos conceitos fundamentais estabelecidos por Alfred Thayer Mahan, com a finalidade de distinguir possíveis pontos de aderência, bem como a influência do estrategista clássico na estratégia contemporânea, ponto central deste trabalho.

---

[23] O Estreito de Málaca localizada-se entre a Península da Malásia e a Ilha de Sumatra, e liga o Mar da China Meridional ao Oceano Índico.

[24] Original em inglês: *Open Seas Protection*, tradução nossa.

4 ADERÊNCIA DA ESTRATÉGIA NAVAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA À TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE ALFRED THAYER MAHAN

Nos dias de hoje, os escritos de Mahan são intensamente estudados na RPC. Em que pese não haver registro de menções diretas a seu nome na esfera governamental, o Almirante estadunidense é constantemente citado entre eminentes acadêmicos e escritores militares, e parece exercer certa influência sobre a estratégia naval contemporânea chinesa (LORD, 2009).

Nesse contexto, depois de apresentarmos conceitos fundamentais e elementos do Poder Marítimo de Mahan e analisarmos brevemente a estratégia naval da RPC, dedicaremos este capítulo a investigar a influência do estrategista clássico na estratégia naval contemporânea.

Para tal, procuraremos identificar pontos de aderência da estratégia naval contemporânea da RPC aos conceitos essenciais de comando do mar e bases marítimas avançadas. Em seguida, verificaremos em que grau alguns dos elementos do Poder Marítimo teorizados por Mahan afetam o desenvolvimento da estratégia naval da RPC.

4.1 Comando do mar

Como vimos, ao longo de sua obra, Mahan destacava a importância crucial da proteção das LCM entre o Estado e seus principais mercados e alertava que a dependência do comércio marítimo não poderia prescindir do assertivo controle do mar. Desse modo, a proteção das comunicações marítimas ficaria a cargo de uma força naval poderosa, capaz de assegurar o comando do mar (MAHAN, 1949).

A fim de distinguirmos a aderência da estratégia naval chinesa ao conceito “mahaniano” de comando do mar, abordaremos seus dois aspectos, conforme descritos na

edição de 2015 do livro branco de defesa *China's Military Strategy*: a Defesa em Mares Próximos, entendida como limitada às Cadeias de Ilhas; e a Proteção em Mares Distantes.

4.1.1 Defesa em Mares Próximos

A estratégia naval da RPC é, de certa forma, condicionada por seu entorno geográfico peculiar. Isso porque seu território não possui acesso direto ao oceano, mas a mares confinados por duas Cadeias de Ilhas. Segundo XU (2006), os EUA estabeleceram nessas Cadeias de Ilhas um sistema de bases militares. A disposição estratégica dessas bases teria Japão e Coreia do Sul como âncoras ao norte, enquanto Austrália e Filipinas funcionariam como âncoras ao sul. Finalmente, a Ilha de Guam serviria de base avançada.

A resposta da estratégia naval chinesa aos desafios impostos pelas Cadeias de Ilhas e pela forte presença militar estadunidense nelas estabelecida constitui a chamada estratégia *Anti-Access/Area Denial*[25], ou “A2/AD”.

> A RPC continua a desenvolver capacidades para dissuadir, deter ou, se ordenado, derrotar uma possível intervenção de terceiros durante um teatro de operações de grande escala, como uma contingência em Taiwan. Planejadores de defesa dos EUA frequentemente se referem a esse conjunto de capacidades como A2/AD, embora a RPC não empregue esse termo (EUA, 2017, p. 49, tradução nossa)[26].

No âmbito do ELP, a estratégia “A2/AD” se expressa no investimento em submarinos convencionais, armas formidáveis para a negação do uso do mar em águas costeiras, e, especialmente, no desenvolvimento de diversas categorias de mísseis de longo alcance. Assim, as bases militares estadunidenses na Primeira Cadeia de Ilhas, no Japão e em Guam, encontram-se dentro do alcance de mísseis balísticos e mísseis de cruzeiro lançados por aeronaves chinesas. Por sua vez, forças navais hostis poderiam ser engajadas com mísseis

---

[25] Antiacesso/Negação de Área, tradução nossa.

[26] Original em inglês: *China continues to develop capabilities to dissuade, deter, or, if ordered, to defeat possible third-party intervention during a large-scale, theater campaign such as a Taiwan contingency. U.S. defense planners often refer to these collective PLA capabilities as A2/AD, though China does not use this term* (EUA, 2017, p. 49).

de cruzeiro antinavios, lançados por aeronaves, navios de superfície ou submarinos, e mísseis balísticos antinavios, projetados especificamente para atingir navios aeródromos, com alcance superior a 800 milhas náuticas (EUA, 2017).

Segundo Holmes e Yoshihara (2008), esse conjunto de capacidades "A2/AD" desenvolvidas pela RPC para defender seus "mares próximos" constitui uma postura estratégica defensiva, geralmente reservada a forças navais mais fracas, apesar da natureza ofensiva de suas ações táticas e operacionais. A partir dessas capacidades, o ELP seria capaz de assegurar o comando do mar em suas águas vitais, ainda que enfrentando marinhas mais poderosas.

Nesse sentido, ao discorrer acerca do dimensionamento ideal da força naval estadunidense, em uma época de amplo domínio marítimo europeu, Mahan lembrou que, se confrontado por um Estado dotado de força naval superior, apenas uma parcela desta força poderia ser trazida do exterior para a área de conflito. A "maior parcela da força inimiga" determinaria o tamanho ideal da força defensora, e permitiria a esta reter o comando do mar em suas águas costeiras (MAHAN, 1897).

Assim, podemos notar que, mesmo a postura eminentemente defensiva da estratégia "A2/AD" possui aderência ao conceito "mahaniano" de comando do mar. Isso porque seus submarinos convencionais, aviação baseada em terra e mísseis de longo alcance compõem um conjunto formidável de capacidades que permitem à RPC reter o "esmagador controle do mar" em seus "mares próximos".

4.1.2 Proteção em Mares Distantes

Nos dias atuais, quando Pequim volta suas atenções para o mar e amplia sua estratégia marítima para águas mais distantes, o comando do mar parece ter grande apelo

junto aos círculos especializados da RPC. Em artigo publicado na revista *China Military Science*, o General chinês Jiang Shiliang argumentou que o "comando das comunicações" seria "vital para o futuro e destino da nação". Então no cargo de Chefe do Departamento de Logística Geral do ELP, o General Jiang destacou alguns elementos essenciais ao comando das comunicações, dentre os quais os conceitos "mahanianos" de proteção das LCM e controle de posições estratégicas, tais como ilhas e bases marítimas avançadas (HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

De fato, a crescente dependência chinesa de suas LCM para o abastecimento de *commodities* vitais, sobretudo à segurança energética, é percebida como uma vulnerabilidade. Nesse sentido, Zhang Wenmu, analista do *China Institute of Contemporary International Relations*, alerta que é "extremamente arriscado" para a RPC tornar-se demasiadamente dependente de recursos importados sem "proteção adequada" e, citando Mahan, exorta o Estado a fortalecer sua marinha o quanto antes (HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

No âmbito oficial, o livro branco de defesa *China's National Defense in 2004* foi o primeiro a citar o conceito de comando do mar, ao descrever que o ELP busca o "[…] desenvolvimento equilibrado da estrutura da força de combate, de modo a fortalecer as capacidades para ganhar o comando do mar e o comando do ar […]" (CHINA, 2004, p. 9, tradução nossa)[27].

Mais recentemente, em abril de 2018, Pequim conduziu um amplo exercício de demonstração das novas capacidades de seu Poder Naval, voltado às operações em "mares distantes" com vistas à proteção de suas LCM vitais. Com a presença do presidente Xi Jinping, a bordo de um contratorpedeiro da classe "Luyang III", a Marinha do ELP realizou uma grandiosa parada naval, que contou com cerca de dez mil militares, 76 aeronaves e 48 navios, incluindo submarinos nucleares lançadores de mísseis estratégicos e o navio

---

[27] Original em inglês: […] *balanced development of the combat force structure, in order to strengthen the capabilities for winning both command of the sea and command of the air* […] (CHINA, 2004, p. 9).

aeródromo "Liaoning". Notavelmente, cerca de metade dos navios presentes no evento possuía menos de cinco anos de serviço, o que atesta a rápida constituição da força naval chinesa (HALI, 2018).

A percepção do Departamento de Defesa dos EUA é de que a Marinha do ELP se fortalece, ao mesmo tempo em que se diversifica e aprimora suas capacidades de operar além da Primeira Cadeia de Ilhas

> A Marinha do ELP continua a progredir para tornar-se uma força global, gradualmente estendendo seu alcance operacional além da Ásia Oriental e em direção ao que a China denomina "mares distantes". As mais recentes plataformas navais da Marinha do ELP permitem operações de combate além do alcance das defesas baseadas em terra da China. Particularmente, o navio aeródromo e seus sucessores planejados, uma vez operacionais, estenderão as coberturas de defesa aérea além do alcance dos sistemas costeiros e ajudarão a permitir a operação de grupos-tarefa em "mares distantes" (EUA, 2017, p. 52, tradução nossa)[28].

Desse modo, constatamos que a constituição de numerosas unidades navais, dotadas de modernos sistemas de armas e de defesa antiaérea, e a cobertura de defesa aérea intrínseca dos navios aeródromos conferem à Marinha do ELP a capacidade de proteger as LCM de interesse nos chamados "mares distantes". Assim, podemos depreender que o aspecto da Proteção em Mares Distantes da estratégia naval chinesa contemporânea, consubstanciada por uma força naval moderna e poderosa, se coaduna ao conceito de comando do mar estabelecido por Mahan.

Face ao exposto, podemos notar que, mesmo a postura defensiva da estratégia "A2/AD" empregada na Defesa em Mares Próximos possui aderência ao princípio "mahaniano" de comando do mar, na medida em que visa a garantir uma superioridade local frente à força naval inimiga. Por sua vez, o aspecto de Proteção em Mares Distantes está relacionado à capacidade da força naval operar fora do alcance das defesas baseadas em terra, obtendo o comando do mar a fim de garantir a proteção das LCM. Desse modo, apesar das

---

[28] Original em inglês: *The PLAN continues to develop into a global force, gradually extending its operational reach beyond East Asia and into what China calls the "far seas." The PLAN's latest naval platforms enable combat operations beyond the reaches of China's land-based defenses. In particular, China's aircraft carrier and planned follow-on carriers, once operational, will extend air defense umbrellas beyond the range of coastal systems and help enable task group operations in "far seas"* (EUA, 2017, p. 52).

notáveis diferenças de meios e capacidades, podemos perceber que ambas as posturas estratégicas guardam aderência ao conceito “mahaniano” de comando do mar.

4.2 Bases marítimas avançadas

Mahan sublinhava que a proteção das LCM dependeria do estabelecimento de uma rede de bases ultramarinas capazes de prover apoio às forças navais, de modo a permitir que estas operassem de forma avançada. Ele explicava, ainda, que essas posições confeririam às esquadras maior efetividade na proteção do tráfego marítimo de interesse do Estado e, ao mesmo tempo, a capacidade de interditar o tráfego marítimo inimigo (MAHAN, 1897).

Nesse contexto, podemos distinguir a atuação do Estado chinês em dois ambientes: o Mar da China Meridional, região limítrofe de seu entorno estratégico imediato e acesso ao Estreito de Málaca; e o Oceano Índico, por onde flui a maior parte das importações chinesas de petróleo. Analisaremos, a seguir, a estratégia naval chinesa para ambas as regiões, sob a ótica do conceito “mahaniano” de proteção das comunicações marítimas.

4.2.1 Mar da China Meridional

Conforme apresentado, a “Linha de Nove Traços” expressa de maneira clara a premência de Pequim pela posse de bases marítimas avançadas no Mar da China Meridional, região de acesso direto ao Estreito de Málaca, para onde converge a maior parte das LCM chinesas, especialmente aquelas relacionadas a sua segurança energética. Essas bases têm sido obtidas, inclusive, com a construção de ilhas artificiais militarizadas no Arquipélago Spratly (PANDA, 2018).

Nesse sentido, o estabelecimento de bases avançadas no Mar da China Meridional remete à época de Mahan, quando a construção do Canal do Panamá levou o estrategista a desenvolver profunda análise quanto à escolha de uma posição para o estabelecimento de uma base marítima avançada estadunidense no Mar do Caribe. Ao estudar o valor das possíveis localidades no que considerava o Mar Mediterrâneo dos EUA, Mahan considerou a proximidade em relação ao "Istmo"[29] e a capacidade de influenciar as LCM: "É do seu efeito potencial sobre essas linhas de comunicação que todas as posições no Golfo [do México] ou no [Mar do] Caribe herdam seu valor militar ou a falta de valor" (MAHAN, 1897, p. 282, tradução nossa)[30].

De modo similar, Pequim parece perceber o Mar da China Meridional como o "Caribe da China". Servindo de acesso ao Estreito de Málaca, passagem de cerca de um sexto de todo o comércio marítimo mundial, o Mar da China Meridional concentra grande parte das LCM chinesas, notadamente as provenientes da África e do Oriente Médio, que suprem as elevadas demandas energéticas do Estado (HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

Nessa analogia, a premência em assegurar o acesso ao Estreito de Málaca, o "Istmo" do Sudeste Asiático, a RPC atua no sentido de garantir bases marítimas avançadas que protejam suas LCM vitais no Mar da China Meridional, a exemplo do que Mahan defendeu que os EUA fizessem no Mar do Caribe.

Desse modo, podemos constatar que, ao ocupar ilhas no Mar da China Meridional, a estratégia naval da RPC revela grande aderência aos ensinamentos de Mahan no que tange às bases marítimas avançadas e sua importância para a proteção das LCM. Podemos identificar, ainda, notável semelhança do binômio Estreito de Málaca e Mar da China Meridional com o caso do Mar do Caribe no contexto da construção do Canal do Panamá, amplamente estudado pelo Almirante estadunidense.

---

[29] Em sua obra, Mahan se refere ao Canal do Panamá, então ainda em construção, como "Istmo".

[30] Original em inglês: *It is from their potential effect upon these lines of communication that all positions in the Gulf or the Caribbean derive their military value, or want pf value* (MAHAN, 1897, p. 282).

4.2.2 Estratégia do "Colar de Pérolas"

Nos dias de hoje, as demandas energéticas da RPC tem sido, cada vez mais, supridas com a importação de petróleo, por via marítima, da África e do Golfo Pérsico. Essas LCM essenciais transitam pelo Oceano Índico e por pontos focais, como o Estreito de Málaca, e sua proteção, seguindo o preceito "mahaniano", não deve prescindir do apoio provido por bases marítimas avançadas (LORD, 2009).

Embora ainda motivo de especulação, a estratégia do "Colar de Pérolas" abrange precisamente esse conceito. Lançado pela empresa *Booz Allen Hamilton* em consultoria encomendada pelo Departamento de Defesa dos EUA em 2005, o termo exprime uma possível estratégia chinesa de estabelecer uma rede de bases ultramarinas pelo Oceano Índico em apoio a suas forças navais na proteção das LCM (LORD, 2009).

Segundo essa teoria, cada "pérola" representaria uma instalação militar chinesa permanente no exterior, em uma série de localidades ao longo de um "colar" que se estenderia pelo Oceano Índico até as regiões de onde partem os recursos naturais vitais para a RPC, na África Oriental e no Oriente Médio. A recente efetivação da base militar chinesa em Djibouti, no "Chifre da África", está inserida nesse contexto geográfico e poderia indicar um primeiro passo na implementação do "Colar de Pérolas" (BAKER, 2015).

Como vimos, segundo o Departamento de Defesa dos EUA (2017), a consolidação de novos pontos de apoio no Oceano Índico deveria buscar, em seguida, Estados com os quais a RPC mantém boas relações diplomáticas, notadamente o Paquistão. Nesse contexto, o vultoso investimento estatal chinês na construção de um porto na cidade paquistanesa de Gwadar parece estar alinhado a essa estratégia.

Dessa maneira, podemos perceber que a teoria do "Colar de Pérolas" no Oceano Índico possui perfeita aderência ao conceito "mahaniano" de bases marítimas avançadas. O

estabelecimento de bases militares chinesas ao longo de suas LCM vitais, em especial nas proximidades de pontos focais, como o Estreito de Málaca, permitiria a sua força naval operar de forma avançada e muito mais efetiva na salvaguarda dos interesses marítimos do Estado.

Ainda que, até o presente momento, a RPC não tenha efetivado uma rede dessas bases de apoio, o estabelecimento de sua primeira base avançada, em Djibouti, incrementa de modo significativo a capacidade da Marinha do ELP de operar em águas de interesse afastadas de seu litoral, em consonância com a estratégia de Proteção em Mares Distantes e com o conceito de proteção das comunicações marítimas estabelecido por Mahan.

Em resumo, podemos notar que os esforços da RPC no sentido de assegurar bases avançadas para sua força naval visam à proteção de suas LCM vitais. Nesse contexto, a posse de posições no Mar da China Meridional, região de acesso ao Estreito de Málaca, bem como a estratégia do "Colar de Pérolas" se coadunam com o conceito "mahaniano" de bases marítimas avançadas.

4.3 Elementos do Poder Marítimo

Conforme apresentamos anteriormente, Mahan distinguiu seis elementos Poder Marítimo. Analisaremos, a seguir, a influência de dois desses elementos previamente estudados no desenvolvimento marítimo atual da RPC.

4.3.1 Posição Geográfica

A influência da geografia foi amplamente exaltada por Mahan, que considerava a posição do território fator primário de vantagens e desvantagens para o desenvolvimento do Poder Marítimo do Estado e, mais especificamente, para sua estratégia naval. Nesse contexto,

ele analisava a posição geográfica em termos de facilidade de concentração ou necessidade de dispersão de forças, proximidade de inimigos, acesso ao alto-mar, centralidade de posição, entre outros aspectos (MAHAN, 1949).

Nos dias atuais, à medida que a RPC se volta para demandas e interesses no mar, os atributos geográficos ganham relevância e passam a constituir-se um fator crucial para a formulação de sua estratégia naval. Assim, como apresentamos anteriormente, o extenso litoral chinês não dá acesso direto ao oceano, mas a mares confinados por Cadeias de Ilhas ancoradas em bases militares estadunidenses. Trataria-se de uma condição "semi-cercada" sob o ponto de vista geoestratégico, segundo a avaliação de Xu (2006).

Nesse contexto, a questão de Taiwan mostra-se ainda mais premente. Situada em posição central na Primeira Cadeia de Ilhas, a "província rebelde" defronta o território chinês, servindo de formidável base de operações contra o continente e impedindo a concentração das forças navais do ELP. O elevado valor estratégico associado a sua posição geográfica ajuda a explicar os anseios de Pequim em consolidar sua reunificação à China continental (HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

Dessa forma, podemos constatar que a particularidade do litoral chinês, marcada por sua condição "semi-cercada" por Cadeias de Ilhas, evidencia a importância da posição geográfica, em sua concepção mahaniana. Nesse sentido, a recente adoção, pela RPC, de uma estratégia naval híbrida, combinando Defesa em Mares Próximos e Proteção em Mares Distantes, vem a ratificar os escritos do Almirante estadunidense acerca das implicações do fator geográfico para a formulação da estratégia naval.

4.3.2 Caráter do governo

O notável processo de modernização da Marinha do ELP vem sendo conduzido de maneira ininterrupta desde que foi idealizado pelo Almirante Liu Huaqing, no final da década de 1990. Conforme mostramos anteriormente, a grandiosa parada naval realizada em abril de 2018 apresentou ao mundo uma marinha de guerra poderosa, dotada de meios modernos e diversificados. Mais do que uma demonstração de poder, a presença do presidente Xi Jinping e a idade média dos meios envolvidos no evento serviram para evidenciar o compromisso do governo chinês com o fortalecimento de seu Poder Naval (HALI, 2018).

Em um espectro mais amplo, a atuação firme da liderança da RPC na consolidação de posições nos arquipélagos Spratly e Paracel, no Mar da China Meridional demonstra a premência de Pequim em consolidar bases marítimas avançadas em apoio à salvaguarda de seus interesses marítimos, notadamente a proteção de suas LCM (PANDA, 2018).

Conforme apresentamos anteriormente, Mahan argumentava que políticas de longo prazo seriam necessárias à consolidação do Poder Marítimo dos Estados e destacava a determinação dos governos como um dos fatores determinantes nesse processo. Assim, ele inferia que governos “despóticos” teriam mais facilidade em manter políticas voltadas à expansão do Poder Marítimo de maneira duradoura, desde que providos de “juízo e consistência” (MAHAN, 1949).

Desse modo, podemos notar que a manutenção de uma postura governamental favorável a vultosos investimentos no desenvolvimento de meios navais nas últimas décadas pode ser associada ao caráter autoritário do regime comunista chinês, conforme explicou Mahan ao citar as vantagens comparativas de governos “tirânicos”.

Assim, a posse de bases marítimas avançadas em posições estratégicas no Mar da China Meridional e a modernização da Marinha do ELP derivam da postura assertiva de Pequim visando consolidar-se como uma potência marítima, confirmando a importância do caráter do governo como um dos fundamentos do Poder Marítimo distinguidos por Mahan.

Logo, podemos afirmar que a posição geográfica e o caráter do governo possuem elevada relevância para a consolidação do Poder Marítimo da RPC contemporânea, em consonância com os pressupostos teóricos de Mahan. A posição geográfica peculiar do território chinês, expressa por seus mares confinados por Cadeias de Ilhas, resulta em sérias implicações à formulação de sua estratégia naval. Por sua vez, o compromisso do governo chinês com a consolidação de seu Poder Marítimo tem se mostrado crucial para o fortalecimento da Marinha do ELP, bem como para a posse de bases marítimas avançadas, aspectos essenciais para a proteção de suas LCM.

Em vista do exposto, constatamos que, no âmbito da RPC, a proteção das LCM, notadamente as responsáveis pelo suprimento de recursos naturais e energéticos, provenientes da África e do Oriente Médio, passou a ser considerada uma tarefa prioritária para o Estado.

Como resultado, podemos observar que a estratégia naval da RPC deixou de limitar-se à Defesa em Mares Próximos e passou a abranger a Proteção em Mares Distantes. Essa dicotomia estratégica se deve à presença das Cadeias de Ilhas e remete à importância da posição geográfica, um dos elementos do Poder Marítimo distinguidos por Mahan. Entretanto, em ambas as posturas estratégicas, as forças militares do ELP visam a garantir o comando do mar, conceito “mahaniano” amplamente replicado nos círculos especializados da RPC nos dias atuais.

Podemos perceber, ainda, que a RPC consolidou, recentemente, sua primeira base militar no exterior, no “Chifre da África”, e obteve importantes posições no Mar da China Meridional por meio da construção de ilhas artificiais. Esse conjunto de movimentos

estratégicos demonstra a intenção de Pequim em empregar bases marítimas avançadas para a proteção de suas LCM, conforme proposto na teoria de Mahan.

Nesse contexto, destacamos a relevância da atuação do governo da RPC para a obtenção dessas posições avançadas como parte de uma política de longo prazo que visa a consolidação do Estado como uma potência marítima, postura defendida por Mahan ao descrever o caráter do governo como um dos elementos do Poder Marítimo.

Assim, dedicaremos o próximo capítulo à conclusão do trabalho, onde revisaremos a influência da teoria desenvolvida por Alfred Thayer Mahan na estratégia naval da RPC contemporânea.

5 CONCLUSÃO

O Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan é amplamente reconhecido como o pioneiro e mais influente pensador da estratégia marítima. Sua obra teve como fundamento o estudo histórico, a partir do qual defendeu o protagonismo do Poder Marítimo para a prosperidade e segurança dos Estados.

Ao argumentar que a maior parte do comércio mundial fluiria por meio marítimo e que esse comércio constituiria o fundamento da prosperidade do Estado, Mahan demonstrou a importância crucial da proteção das linhas de comunicação por onde fluía esse comércio marítimo. A partir daí, ele apresentou dois conceitos fundamentais para a proteção das LCM: bases marítimas avançadas e comando do mar.

Nesse contexto, Mahan sustentava que os Estados deveriam envidar esforços diplomáticos no sentido de consolidar bases de apoio estrategicamente posicionadas a fim de proteger suas LCM. O comando do mar, por sua vez, expressaria o aspecto estritamente militar da teoria de Mahan, manifestado pela composição de esquadras poderosas, capazes de proteger as LCM ao repelir forças navais inimigas.

Mahan distinguiu, ainda, características que considerava essenciais para o desenvolvimento do Poder Marítimo. Nesse sentido, ele demonstrou, por meio de estudo histórico, a influência da posição geográfica na formulação da estratégia naval dos Estados. Ele constatou, ainda, a importância do caráter do governo, decorrente de suas capacidades de regular o comércio marítimo, promulgar a estratégia naval, estabelecer bases marítimas avançadas e determinar a composição da força naval.

Nos dias de hoje, o comércio marítimo, âmago da teoria de Mahan, ganha ainda mais relevância, como resultado do processo de globalização. Desse modo, a crescente

interligação da economia mundial enseja elevada dependência de recursos do exterior, o que insere a proteção das LCM como pauta prioritária para os Estados costeiros.

Nesse contexto, a elevada participação da RPC no cenário econômico global, bem como sua patente dependência de recursos naturais e energéticos do exterior fazem com que o Estado perceba na proteção de suas LCM uma questão estratégica crucial. Como a proteção das LCM figurava como aspecto central na teoria de Mahan, podemos distinguir a aderência aos conceitos “mahanianos” de comando do mar e de bases marítimas avançadas na estratégia naval contemporânea da RPC, bem como identificar as implicações de seus fundamentos do Poder Marítimo.

Conforme apresentamos anteriormente, a crescente importância do ambiente marítimo para a RPC foi notada pelo Almirante Liu Huaqing, que vislumbrou uma grande transformação da estratégia naval, com a gradual transição de Defesa Costeira para Defesa em Mares Próximos e, mais recentemente, a combinação desta com a Proteção em Mares Distantes.

Para isso, Pequim deu início a um processo consistente de obtenção das capacidades necessárias às novas demandas estratégicas, na forma de um maciço processo de aquisição de modernos meios navais para a Marinha do ELP e do estabelecimento de bases marítimas avançadas.

Em vista disso, entendemos que a Defesa em Mares Próximos propõe-se a garantir o comando do mar nos mares confinados pelas Cadeias de Ilhas, por meio da obtenção de uma superioridade local frente à força naval inimiga. Por sua vez, a Proteção em Mares Distantes tem como objetivo operar fora do alcance das defesas baseadas em terra, por meio da constituição de uma força naval moderna e poderosa, capaz de obter o comando do mar e garantir a proteção das LCM. Desse modo, podemos identificar, em ambas as posturas

estratégicas, a aderência ao comando do mar, conceito "mahaniano" amplamente difundido nos círculos especializados da RPC nos dias atuais.

Notamos aqui as implicações da posição geográfica, um dos elementos do Poder Marítimo distinguidos por Mahan, para a estratégia naval da RPC, pois os conceitos de "mares próximos"e "mares distantes" estão diretamente relacionados à existência das Cadeias de Ilhas que cercam o amplo litoral do território chinês.

No que tange ao estabelecimento de bases marítimas avançadas, citamos que a RPC consolidou sua primeira base militar avançada, no "Chifre da África", e vem construindo ilhas artificiais em posições estratégicas no Mar da China Meridional, região de acesso ao Estreito de Málaca. Dessa maneira, podemos depreender que essas bases avançadas visam à proteção de suas LCM vitais e possuem clara aderência ao conceito "mahaniano" de bases marítimas avançadas.

Percebemos, assim, que o longo processo de modernização da Marinha do ELP e a atuação assertiva para o estabelecimento de bases marítimas avançadas atestam os escritos de Mahan quanto à importância do caráter do governo para o desenvolvimento do Poder Marítimo do Estado

Por fim, destacamos que a proteção das LCM aparece como ponto central da estratégia naval da RPC. Sua evolução na direção aos "mares distantes" inclui a constituição de uma força naval poderosa, alinhada ao conceito "mahaniano" de comando do mar. De igual maneira, o estabelecimento de bases ultramarinas ao longo das LCM no Mar da China Meridional e na África se coaduna ao princípio "mahaniano" de bases marítimas avançadas. Dessa maneira, podemos concluir que a estratégia naval contemporânea da RPC possui clara aderência aos princípios teóricos estabelecidos por Alfred Thayer Mahan.

REFERÊNCIAS

BRITISH PETROLEUM. **BP statistical review of world energy**, jun. 2017. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/statistical-review-2017/bp-statistical-review-of-world-energy-2017-full-report.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CAVAS, Christofer P. Powers jockey or Pacific Island chain influence. **Defense News**, 1st feb. 2016. Disponível em: <https://www.defensenews.com/global/asia-pacific/2016/02/01/powers-jockey-for-pacific-island-chain-influence/>. Acesso em: 25 jun. 2018.

COLE, Bernard D. **The great wall at sea**: China's navy in the twenty-first century. 2nd ed. Annapolis, MD: Naval Institute, 2010.

HALI, Shafei Moiz. Naval parade reflects China's military moderniztion. **China Plus**, 16 apr. 2018. Disponível em: <http://chinaplus.cri.cn/opinion/opedblog/23/20180416/118474.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

HARTNETT, Daniel. The father of modern Chinese Navy. **Center for international maritime security**, 29 oct. 2014. Disponível em: <http://www.css.ethz.ch/en/services/digital-library/articles/article.html/184805/pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's national defense**. Beijing, 1998. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2005-08-17/content_24165.htm> . Acesso em: 09 jul. 2018.

______. **China's national defense in 2004**. Beijing, 2004. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2005-08-17/content_24165.htm> . Acesso em: 09 jul. 2018.

______. **China's national defense in 2008**. Beijing, 2009. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2005-08-17/content_24165.htm> . Acesso em: 09 jul. 2018.

______. **China's military strategy**. Beijing, 2015. Disponível em: <http://www.china.org.cn/china/2015-05/26/content_35661433.htm > . Acesso em: 09 jul. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS- IPRI. **As 15 maiores economias do mundo**. FUNAG, 2017. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-pib-ppp>. Acesso em: 11 jul. 2018.

LLOYD'S LIST. **One hundred container ports 2016**, c2018. Disponível em: <https://lloydslist.Maritimeintelligence.informa.com/one-hundred-container-ports2016#filter>. Acesso em: 11 jul. 2018.

LORD, Carnes. China and maritime transformations. In: ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyle J.; LORDE, Carnes. (Ed.). China goes to sea: maritime transformation in comparative historical perspective. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. p. 426-457.

OFFICE NAVAL INTELLIGENCE (United States of America). **The PLA navy**: New capabilities and missions for the 21st century. Disponível em: <http://www.onio.navy.mil/Portals/12/Intel%20agencies/China_Media/2015_PLA_NAVY_PUB_Print_Low_Res.pdf?ver=2015-12-02-081233-733>. Acesso em: 15 jul. 2018.

O'ROURKE, Ronald. **China naval modernization**: implications for U.S navy capabilities-background and issues for Congress, Washington, DC, 21st. may, 2018. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PANDA, Ankit. New Photographs Show China's South China Sea Artificial Islands Like You've Never Seen Them. **The Diplomat**, Washington, D.C, 07 feb. 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/02/new-photographs-show-chinas-south-china-sea-artificial-islands-like-youve-never-seen-them/>. Acesso em: 22 jun. 2018.

PROENÇA JÚNIOR, *et al*. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

UNITED NATIONS. [**Note verbale by the Permanent Mission of the People's Republic of China**], 2009. Disponível em <http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/mysvnm33_09/chn_2009re_mys_ vnm_e.pdf>. Acesso em 25 jun. 2018.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL TRADE STATISTICS DATABASE. [**China exports and imports of goods in 2016**]. Disponível em: <https://comtrade.un.org/labs/dit-trade-vis/?reporter=156&type=C&year=2016&flow=2>. Acesso em: 05 jul. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA DEPARTMENT OF DEFENSE. Office of the Secretary of Defense. **Annual report to Congress**: military and security developments involving the People's Republic of China 2017. Disponível em: <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF?ver=2017-0606-141328-770> . Acesso em: 15 jul. 2018.

UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARY. **South China sea islands**, 1988. 1 mapa, color. Escala 1:12.800.000. Disponível em: < https://legacy.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/schina_sea_88.jpg>. Acesso em: 07 ago. 2018.

XU, Qi. Maritime Geostrategy and the Development of the Chinese Navy in the Early Twenty-first Century. Tradução de Andrew S. Erickson e Lyle J. Goldstein. **Naval War College Review**, v. 59, n. 4, autumn 2006. Disponível em: <http://digital-commons.unsnwc.edu/nwc-review/vol59/iss4/5/?utm_source=digital-commons.usnwc.edu%2Fnwc-review%2Fvol159%2Fiss4%2F5&utm_medium=PDF&utm_campain=PDFCoverPages>. Acesso em: 23 jun 2018.